

Roça e os múltiplos sentidos para o rural no Brasil

“Roça” and the multiple meanings for rural in Brazil

Lidiane Nunes da Silveira.

Professora de Sociologia do Instituto Federal de Minas Gerais, campus Ouro Preto e Doutoranda em Extensão Rural na Universidade Federal de Viçosa. Publicou o artigo SILVEIRA, Lidiane Nunes; COUTINHO, Elenice Aparecida e FIÚZA, Ana Louise de Carvalho “A atualidade da obra ‘Société Rurale et Urbanisation’ de Placide Rambaud para a compreensão das transformações no campo do Brasil” na Revista Estudos Sociedade e Agricultura, v. 1, n. 21, p. 160-179, 2013.

Ana Louise de Carvalho Fiúza.

Professora Associada I do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa, Doutora em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Publicou o artigo – NASCIMENTO, Patrícia Ferraz do; FIÚZA, A. L. C.; FERREIRA, M. A. M.; PINTO, Neide Maria Almeida; COSTA, T. M. T. Variáveis evidenciadoras dos processos de transformação do campo: o caso do Espírito Santo - Brasil. Mundo Agrario (La Plata), v. 13, p. 1-19, 2013.

Resumo

Neste artigo busca-se ampliar a compreensão do uso do termo *roça* atribuído pelos autores de estudos sobre o campesinato, assinalando, para além da sua identificação com o roçado, o seu caráter de categoria nativa amplamente utilizada nos mais diversos contextos brasileiros. Argumenta-se que *roça* é utilizada como uma categoria de caráter relacional, empregada tanto para situar as pessoas a contextos determinados, como para significar e valorar tais contextos. Metodologicamente partiu-se da análise desta categoria nativa, *roça*, em textos literários, em letras de músicas e nas marcas de produtos, destacando nestes o seu caráter romântico, idílico e nostálgico. Nas considerações finais destaca-se que o termo *roça* apresenta uma dimensão de tradição reinventada, evidente, no Brasil, sobretudo, a partir dos anos 1990, a qual parece evidenciar um contexto em que os sentidos ligados à tradição presentes no material analisado revelam um processo sutil de classificação distintiva de bens e de pessoas.

Palavras-chave: Roça, rural, categoria nativa, tradição, classificação.

Abstract

This paper searched enlarge the understanding about the use of the term *roça* given by studies of the peasantry in Brazil indicating its use as a native category used largely in several brazilian contexts beyond its identification with tillage. It was argued *roça* is used as a category with a relational character used both to locate agents to certain contexts and to mean and to value such contexts. Methodologically, the analysis of this native category, *roça*, was made in literary texts, in lyrics and in branded products, highlighting its romantic, idyllic and nostalgic character. In the conclusion was highlighted that the term *roça* presents a dimension of reinvented tradition that has been manifested in Brazil especially from the 1990s, which seems to show a context in which the meanings linked to tradition present in the examined material, reveals a subtle process of distinctive classification of goods and people.

Key-words: *Roça*, rural, native category, tradition, classification.

INTRODUÇÃO

Neste artigo procura-se compreender de que maneira a categoria *roça* revela aspectos importantes no entendimento do *rural* no Brasil. Embora o termo *roça* já tenha sido bastante descrito nos estudos sobre o campesinato brasileiro, os sentidos de *roça* não se esgotam naqueles registrados nesses estudos. Assim, buscou-se, neste artigo, ampliar a compreensão dos sentidos atribuídos ao termo *roça*, analisando-se entrevistas com trabalhadores rurais volantes e com agricultores no sudoeste de Minas Gerais, para os quais o termo *roça* é usado para além dos sentidos tradicionalmente explorados nos estudos sobre campesinato no Brasil. Analisaram-se, também, algumas obras da literatura, da música e da indústria televisiva de entretenimento, nos quais o termo *roça* aparece apresentando sentidos diferentes daqueles de *roçado* e *lavou-ra*, comumente associados ao termo nos estudos sobre campesinato. A depender do sentido que *roça* pode tomar, em determinado contexto e entre deter-

minados sujeitos, o *rural* pode ser posicionado no centro de uma cultura, ganhando um valor simbólico ou econômico, como pode ser, por outro lado, estigmatizado e marginalizado. Por isso, argumenta-se, neste artigo, que *roça* é uma categoria de uso nativo, operando entre os grupos sociais e seus contextos, de forma relativa e relacional (LIMA, 1999) para classificar pessoas e bens.

Roça nos estudos sobre o campesinato brasileiro

Roça é uma categoria que pode ser identificada como fundamental nos estudos de campesinato brasileiro. Ela tem sido pensada e utilizada tanto para descrever quanto para explicar a vida e o conceito de *camponês*. Entretanto, essa categoria geralmente é percebida e explicada no espaço dentro da propriedade camponesa onde o trabalho agrícola é desenvolvido tendo como resultado a lavoura. A partir desta primeira identificação, diferentes autores que estudaram o campesinato atribuíram variados sentidos para *roça* em relação a esta categoria social.

No livro *O campesinato brasileiro*, Maria Isaura Pereira de Queiroz (QUEIROZ, 1973) estuda o camponês, contrapondo-se a duas posições teóricas clássicas da Sociologia Rural que haviam sido elaboradas até então. A primeira dessas posições refere-se ao fato de alguns autores brasileiros terem considerado as populações rurais como isoladas. A outra posição por ela criticada é que teriam negligenciado a presença de uma camada social intermediária nas populações rurais brasileiras. Até então, os estudos rurais concentraram-se apenas na constatação de uma polaridade social no meio rural brasileiro, dividida entre os fazendeiros aristocráticos e abastados e os trabalhadores rurais, fossem escravos ou não. A autora alerta sobre a existência de uma camada social intermediária que não era nem fazendeira nem trabalhadora sem terras. Para Queiroz (1973), na vida rural brasileira sempre existiu uma camada social intermediária formada pelos sitiantes e que não se tratava de um povo isolado, o que bem o prova, para ela, o bairro rural. Essa socióloga classifica essa camada de sitiantes como camponeses.

Queiroz (1973) acredita que o campesinato é um grupo social subordinado, ora a um senhorio, ora à sociedade urbana. O campesinato poderia es-

tar subordinado, na perspectiva de uma “clientela”, a um fazendeiro ou criador de gado. Quando se tratava de uma região onde não havia grandes fazendas, os sitiantes, únicos produtores, estariam divididos em uma hierarquia. Nessa divisão, os grupos de agricultores que possuíam ferramentas de arado eram considerados os mais abastados, acima dos sitiantes que utilizavam apenas a mão de obra familiar, que por sua vez estavam sobrepostos aos trabalhadores sem terras. Queiroz (1973) destaca a dependência dos sitiantes em relação à cidade, numa relação de troca econômica, acrescida de subordinação política. Embora a autora utilize o aspecto da subordinação para definir o componente sociologicamente, do ponto de vista econômico ela o caracteriza pelo objetivo de plantar para o seu consumo. É o critério do destino dado ao produto que a autora considera como um caráter essencial da definição dessa categoria analítica. É nessa perspectiva que a categoria *roça* aparece na análise da autora sobre o campesinato. Queiroz (1973) assim a define:

Nas pequenas empresas agrárias, exploradas por unidades domésticas, a superfície cultivada, de pequeno porte, denominou-se sempre ‘roça’; o pequeno empresário rural – roceiro – entregava-se à policultura em pequena escala, auxiliado pela própria família e, às vezes, por um ou outro camarada remunerado. (QUEIROZ, 1973, p. 194).

Nessa passagem a autora deixa claro o sentido que identifica para *roça*, como o espaço da propriedade rural onde se produz o cultivo. A *roça* tem um aspecto central na distinção que a autora faz entre pequenas empresas agrárias em agricultura de subsistência e pequenas empresas agrárias voltadas para a comercialização de seus produtos. Na primeira, a *roça* de subsistência é o foco central de dedicação do trabalho da família, a venda do excedente da produção ou qualquer outra obtenção de fonte de renda seria apenas complementar àquela. Na segunda categoria, o foco do trabalho familiar é a plantação destinada ao comércio e a *roça* seria apenas uma complementação desta. Nessa tipologia Queiroz (1973) contrapõe a *roça* à cultura comercial para identificar melhor a heterogeneidade das empresas agrícolas do interior de São Paulo. Analisando um modelo de planejamento de colonização de uma

fazenda no interior paulista, Queiroz (1973) identifica como cultura comercial as lavouras de amendoim, milho e mandioca e como roça de subsistência o arroz, o feijão, a batatinha, a cebola, a melancia, a abóbora e as hortaliças.

Embora a roça como lavoura seja uma definição clara nesse estudo de Queiroz (1973), essa categoria marca também outras esferas da vida camponesa. A autora, por exemplo, faz referência à divisão de trabalho por gênero que envolve a categoria *roça* e que é explorada de forma mais detida por outros autores brasileiros, que serão discutidos adiante. A autora ressalta que, nos processos de mutirão, os homens se encarregam das tarefas na roça e as mulheres na cozinha. Porém, no trabalho regular, as mulheres trabalham na roça com os maridos, embora essa situação seja mais comum entre as mulheres mais velhas. As mulheres mais jovens eram destinadas, na maioria das vezes, ao trabalho doméstico, enquanto os homens assumiam o trabalho na roça. Nas novas gerações, as mulheres somente trabalhariam na roça ao lado de seus maridos nos casos de uma necessidade econômica mais acentuada.

De forma mais geral, destaca-se que, no texto de Queiroz (1973), as expressões “trabalho da roça” ou “trabalho na roça” aparecem várias vezes para designar o trabalho exercido na lavoura agrícola. Por vezes, ela também se refere a um “sistema de roça” para designar uma particularidade do trabalho camponês que estaria estritamente ligado ao trabalho de roça, ou seja, ao cultivo agrícola. Segundo Queiroz (1973) também haveria uma formação hierárquica da sociedade rural em torno da roça, o que pode ser notado de forma explícita em relação aos agricultores camponeses e de forma implícita em relação à agricultura de exportação. Do ponto de vista explícito, a autora afirma que nas Danças de São Gonçalo em Santa Brígida, na Bahia, a hierarquia na dança reflete a hierarquia social da comunidade. Essa hierarquia para ela seria composta pelos fazendeiros e donos de armazém que ocupariam as posições mais social e economicamente privilegiadas, seguidos pelos donos de pequenas roças que se sobrepõem àqueles que não possuem roça nenhuma. De forma implícita, a autora comenta que as roças de subsistência eram formadas em regiões que ainda não haviam sido “invadidas” pela grande monocultura de exportação nem pela agricultura comercial e a indústria. Da mes-

ma forma, admite que a ocupação das melhores terras pela grande monocultura é, muitas vezes, o motivo da decadência de muitos camponeses cujas roças ficam restritas às piores terras. Apesar disso, não se pode deixar de destacar que, para a autora, o sistema de cultivo camponês, a sua roça, é uma das condições que lhe permitem a mobilidade dos bairros rurais. Destaca-se ainda como Queiroz (1973) se refere aos camponeses ou sitiante por várias vezes em seu texto como “roceiros”, num sentido que tanto pode se relacionar àquele que trabalha na roça, quanto pode, na perspectiva adotada pela reflexão aqui proposta, caminhar para uma qualificação daquele que é originário do campo. A categoria *roceiro* empregada por Queiroz (1973), no entanto, praticamente desaparece dos estudos de campesinato posteriores ao dela que também serão discutidos em seguida.

Seguindo a perspectiva de Queiroz (1973) nos estudos de *bairros*, um dos primeiros trabalhos assim caracterizado é o estudo dos padrões de herança e parentesco na reprodução de uma área camponesa feita por Margarida Maria Moura (MOURA, 1978) em São João da Cristina, na região de Itajubá, no sul de Minas Gerais. Em um capítulo destinado à discussão da produção camponesa, Moura (1978) distingue o sítio da fazenda, num esquema de oposição construído pelos próprios camponeses. O sitiante é aquele que tem pouca terra e é, ao mesmo tempo, um lavrador, categoria profissional que o identifica como cidadão. O fazendeiro, ao contrário, é o proprietário que tem muita terra e está situado fora dos limites do *bairro*. Moura (1978, p. 16) complementa a sua definição de *sitiante* afirmando que “[...] o ‘sitiante’ trabalha na ‘roça’, com a ajuda dos filhos, onde se planta fundamentalmente ‘para o gasto’ (ou ‘para o estômago’)”. A autora ressalta ainda que, dentro de uma mesma propriedade privada jurídica, podem existir unidades econômicas independentes no seu interior que são caracterizadas pela *casa e roça* do pai e a *casa e roça* do(s) filho(s) casado(s). Cada unidade econômica então corresponderia a uma família nuclear dividida entre unidade de produção (roça) e unidade de consumo (casa), dentro de uma perspectiva clássica de economia camponesa herdada de Chayanov.

A oposição entre *casa* (unidade de consumo) e *roça* (unidade de pro-

dução) reproduz a oposição entre atividades domésticas e atividades agrícolas numa divisão do trabalho familiar apontada pela autora. Caberia à mulher o trabalho da *casa* e ao homem o da *roça*. Embora ambos sejam classificados pelos sitiantes como *trabalho*, apenas o trabalho na roça possui serviços *pesados*. Por outro lado, o trabalho da mulher na roça, quando permitido, é tratado como *ajuda* e não como *trabalho*.

Essa divisão do trabalho é marcada também pela reprodução social por meio da inserção dos filhos e filhas no trabalho da roça e da casa, respectivamente. Segundo Moura (1978), as meninas se tornam aos poucos responsáveis por determinadas tarefas domésticas de acordo com sua faixa etária e os meninos vão assumindo, também de acordo com a sua faixa etária, as tarefas na roça. É igualmente de responsabilidade masculina os negócios que ligam a unidade doméstica com o mundo *fora* da propriedade. Os filhos participam aos poucos dos negócios, fazendo assim o aprendizado do trabalho masculino. Em relação ao trabalho dos meninos, é importante perceber que a roça tem um aspecto fundamental: é a entrega de uma *pequena roça* para ser cuidada de forma independente por um jovem rapaz que marca a sua emancipação no grupo familiar, antes mesmo do casamento. A roça é, portanto, uma passagem ritual dentro da família camponesa.

Apesar de Moura (1978) não fazer uma análise tão aprofundada do papel e sentidos da roça na vida camponesa, ela traz algumas perspectivas importantes que são exploradas de maneira mais cuidadosa por Heredia (1979) e Garcia Jr. (1983) nos seus estudos sobre o campesinato pernambucano. Heredia (1979) e Garcia Jr. (1983) estudaram o campesinato que se formou à margem da *plantation* na Zona da Mata Pernambucana. Nos primeiros trabalhos, partiram da perspectiva de Chayanov e dedicaram-se a compreender a organização interna das unidades de produção/consumo camponesas (HEREDIA, 1979; GARCIA JR., 1983). Assim como no trabalho de Moura (1978), Heredia (1979) e Garcia Jr. (1983) estudam a unidade doméstica composta por unidade de produção, à qual atribuem o *roçado*, e unidade de consumo atribuída a *casa*. Entretanto, para ambos, o *roçado* já passa a ser compreendido e descrito como um processo produtivo.

Os autores dedicam-se a descrever as tarefas e os ciclos desse sistema produtivo, bem como seus produtos, identificando-se que, no campesinato da Zona da Mata Pernambucana, os principais produtos que definem o *roçado* são a mandioca, o feijão (ou fava) e o milho - especialmente a mandioca, geralmente utilizada como sinônimo de *roça*. Mas em geral, o cultivo principal é o que atribui o nome ao roçado. Apesar da mandioca, milho e feijão (ou fava) serem considerados os principais produtos do roçado, eles não excluem a existência de vários outros, como algodão, cará, inhame, vagem, coentro, maxixe, alho, pepino, chuchu, quiabo, pimentão, alface, tomate, jerimum, repolho, cenoura, cebola, abacaxi, maracujá, melancia e melão (HEREDIA, 1979).

O roçado é ainda subdividido, em termos de produtos, nas categorias de *lavoura* e de *árvores* ou *pés de pau*. A diferença é dada pelas lavouras temporárias e permanentes, respectivamente. As lavouras permanentes, que são as árvores frutíferas ou mesmo o café, por exemplo, podem ser encontradas não só no roçado (espaço destinado ao cultivo), mas também no terreiro, ou seja, no espaço próximo da casa de morada onde também se planta, conhecido como *quintal*. São as lavouras permanentes também que definem o *sítio* e delimitam as terras de posse da família por sua existência temporal que, de alguma forma, comprovaria a ligação com o passado (GARCIA JR., 1983). A agricultura camponesa se caracteriza pela associação ou sucessão de cultivos no mesmo espaço da terra. Heredia (1979) descreve a associação ou mistura dos cultivos feita pelos camponeses, enquanto Garcia Jr. (1983), mais dedicado aos aspectos econômicos do campesinato que Heredia (1979), chama a atenção para o caráter de alta produtividade que estes sistemas demonstram. Por outro lado, a sucessão ou rotatividade de culturas e roças determinam o caráter itinerante das roças camponesas já apontado por Queiroz (1973).

O processo de trabalho no roçado descrito por Heredia (1979) e Garcia Jr. (1983) consistem nas etapas de *roçar o mato*, ou seja, retirar a vegetação natural utilizando-se foices, machados e estrovengas. Essa tarefa é geralmente realizada pelo homem, pai de família. Posteriormente, junta-se toda a vegetação que foi roçada, num processo denominado *coivara*. A coivara é então queimada e posteriormente limpada, ou seja, as sobras são retiradas. Se ainda for ne-

cessário, destoca-se, ou seja, retiram-se os troncos ou tocos de vegetação que restaram com a utilização de uma enxada. Todas essas atividades são masculinas. Com a terra limpa, o plantio se inicia com os homens abrindo as covas com a enxada e as mulheres e/ou as crianças depositam as sementes e fecham as covas com os pés. A plantação precisa ser mantida, realizando-se limpezas no mato que cresce entremeio à lavoura. Esse processo de capina pode ser feito pelas mulheres. A colheita é realizada pelos homens.

A divisão das tarefas por gênero no campesinato, já anteriormente assinalada por Queiroz (1973) e Moura (1978), é discutida de maneira mais detalhada por Heredia (1979) e Garcia Jr. (1983). O roçado ganha um novo caráter no estudo desses autores, como demonstra Heredia (1979, p. 77) na seguinte passagem: “Não há dúvida de que o lugar que os diferentes membros ocupam dentro do grupo doméstico está estreitamente ligado à sua posição com relação às atividades que desenvolvem no *roçado* ou na *casa*.”. De acordo com essa autora, a oposição casa-roçado, além de refletir a divisão do grupo doméstico em unidade de consumo e unidade de produção numa perspectiva chayanoviana, expressa também a oposição entre o trabalho e o não-trabalho, entre o masculino e o feminino. As atividades realizadas no roçado são consideradas *trabalho* e são de responsabilidade do pai de família, o trabalho é, portanto, um atributo masculino. As tarefas desenvolvidas pelas mulheres no âmbito da casa não são consideradas *trabalho*. Ao mesmo tempo, quando as mulheres ou os filhos realizam tarefas no roçado, elas não são consideradas *trabalho*, mas *ajuda ao pai*. O roçado tem preponderância sobre a casa, pois é a produção nele realizada que garante a sobrevivência do grupo doméstico, seja por meio do seu consumo ou da compra de gêneros alimentícios com a renda dela advinda. Se o pai de família é o responsável pelo roçado - e este domina a casa - logo, o grupo doméstico está sob a autoridade paterna. As tarefas realizadas pelas mulheres no roçado são específicas, podendo assumir o roçado somente em casos excepcionais, como morte do pai de família, doença ou velhice.

Mesmo assim, a mulher assume o roçado se não houver um sucessor masculino no grupo doméstico que o faça. A preponderância do pai (respon-

sável pelo roçado) no grupo doméstico se manifesta em diferentes ocasiões: é ele quem decide sobre os cultivos e seus manejos, administra os recursos disponíveis, faz todos os negócios: arrendamento de terras de trabalho para *botar roçado*, venda de animais ou produtos do roçado, compra de gêneros necessários à reprodução do grupo doméstico. No espaço da casa a proeminência do pai garante a ele a prioridade para se servir nas refeições e para consumir os produtos mais nobres no caso de escassez. As melhores ferramentas de trabalho também só podem ser usadas pelo pai, passando ao domínio dos filhos adultos, da mulher e dos filhos pequenos conforme o desgaste provocado pelo uso, sucessivamente. Inclusive, como destaca Heredia (1979), a enxada é o símbolo do trabalho no roçado.

Conforme demonstra Heredia (1979), a constituição das posições sociais dos membros do grupo doméstico determinada pelo par de opostos casa-roçado pode ainda ser compreendida pelo papel do *roçadinho*. Trata-se de um roçado individual pertencente à mãe da família ou a cada filho, separadamente. No roçadinho o cuidado é individual e de responsabilidade do membro ao qual foi ele concedido. Isto porque é o pai que concede uma parte da terra de trabalho ao filho ou à esposa para botarem o seu roçadinho. É também o pai quem concede os insumos e ferramentas necessários ao cultivo do roçadinho, quem determina o que será cultivado (já que é ele quem fornece as sementes) e os dias da semana que o filho pode se dedicar à sua roça individual. No entanto, a autora ressalta que os produtos adquiridos no roçadinho podem ser vendidos e a renda é aplicada para atender as necessidades individuais, diferentemente do roçado cujos resultados são inteiramente destinados às satisfações do grupo como um todo, seja de forma direta ou indireta. Por isso mesmo, a dedicação ao próprio roçadinho não libera o filho ou a esposa da obrigação de ajudar no roçado familiar visto que é este que garante a reprodução de todo o grupo doméstico. Embora, a princípio, o destino da produção do roçadinho seja individual, ele pode ser apropriado pelo pai e utilizado na satisfação das necessidades familiares num caso de escassez ou de dificuldades em geral.

No estudo de Heredia (1979), do ponto de vista simbólico, o roçadinho é mais que um cultivo para satisfazer necessidades individuais, ele também é

um processo de socialização dentro do grupo doméstico. É por meio dele que os filhos aprendem as técnicas do trabalho agrícola e também internalizam os valores que podem garantir a reprodução do campesinato, como a terra, o trabalho e a família. Ele é um processo de socialização no sentido literal da palavra, pois é ele que prepara o indivíduo para a vida adulta dentro da cultura do grupo. Geralmente os filhos homens, por volta dos 10 anos de idade, ganham o seu roçadinho no qual trabalham até se casarem. Os filhos, próximos aos 13 anos de idade, ajudam o pai no trabalho do roçado, concomitantemente à lida do próprio roçadinho. As filhas também ganham um roçadinho, mas, além disso, a sua socialização é realizada na casa, onde aprendem as tarefas domésticas de maneira evolutiva conforme sua idade. Percebe-se também, nesse trabalho de Heredia (1979), que os roçadinhos marcam um rito de passagem da infância para o aprendizado da vida adulta. Apesar de ser uma forma de individualização, ao proporcionar a cada membro do grupo doméstico a satisfação das necessidades privadas, o roçadinho também é, ao mesmo tempo, um reforço do pertencimento ao grupo familiar já que só pode ter um roçadinho aquele é membro do grupo doméstico.

Nota-se que as pesquisas de Heredia (1979) e Garcia Jr. (1983) sobre o campesinato nordestino oferecem um quadro de referências mais aprofundadas acerca do objeto de estudo aqui proposto, ou seja, a *roça*. Já é possível perceber atributos simbólicos no roçado que determinam as características culturais da família camponesa, como as relações de gênero e de geração, ritos de passagem, bem como os processos de produção e consumo do grupo doméstico. Entretanto, as perspectivas desses dois autores, como já foi aqui ressaltado, é chayanoviana, o que não possibilita desprender a análise de um recorte economicista, principalmente no estudo de Garcia Jr. (1983). Nesse sentido, o livro de Klaas Woortmann e Ellen Woortmann (1997) representa um avanço no estudo do roçado ao se dedicarem à compreensão da cultura camponesa, buscando compreender o saber camponês por meio do trabalho na lavoura, da lida com a natureza, ou, do *saber-fazer*.

Numa perspectiva herdada de Godelier, Woortmann e Woortmann (1997) dedicam-se a uma etnografia do trabalho na lavoura camponesa a par-

tir da pesquisa com sitiantes sergipanos. Os autores propõem pensar o trabalho como um *saber-fazer*, ou seja, a compreender não só o trabalho como técnica, mas como cultura, apreendendo todo o aparato de ideias que o antecede. Como o trabalho camponês é realizado no roçado, a etnografia de Woortmann e Woortmann (1997) permite compreender, de maneira mais profunda e numa perspectiva simbólica, o sentido de *roça* para os camponeses, se comparado às outras etnografias aqui discutidas.

Woortmann e Woortmann (1997) descrevem o *sítio camponês* como o lugar do trabalho por excelência, composto, na região estudada, pelo *mato*, *capoeira*, *chão de roça* e/ou *malhada*, *pasto*, *casa de farinha*, *casa* e *quintal*. Os autores fazem uma descrição extremamente detalhada desses componentes que são não só espaços do sítio, mas também etapas do processo de trabalho agrícola. No entanto, o *chão de roça* e a *malhada*, mais do que isso, são, por si só, modelos de processos produtivos, sistemas agrícolas, pois o modelo de *chão de roça*, mais antigo, demanda um pousio de longos anos (sistema extensivo), enquanto a *malhada* é um recente sistema de cultivo intensivo. Geralmente, há um processo no qual, após a derrubada do mato, a terra se transforma em *terra de trabalho*, ou seja, em *chão de roça*. Este pode ser substituído pela *malhada* ou pelo *pasto*, ou simplesmente pelo pousio. Como o *chão de roça* é a primeira etapa de plantação que se segue à domesticação da natureza, geralmente o solo é mais rico em nutrientes e pode ser explorado sem a necessidade de correção. Após vários cultivos, quando a terra do chão de roça começa a dar sinais de esgotamento, ela é então descansada, ou destinada ao *pasto* ou à *malhada* (forma de cultivo extensivo), o que pode ocorrer com ou sem o descanso. Entretanto, os autores notaram que, historicamente, o sistema agrícola de chão de roça tem sido preterido em detrimento ao modelo da malhada.

Assim como ressaltado pelos pesquisadores discutidos anteriormente, Woortmann e Woortmann (1997) também demonstram que o chão de roça, além de produzir o cultivo, também é um espaço de aprendizado do trabalho agrícola pelos jovens sitiantes, como revela a seguinte passagem: “O chão de roça, portanto, não produz apenas agricultura, mas também agricultores, na medida em que é um ‘campo de treinamento’ para futuros sitiantes.” (WO-

ORTMANN e WOORTMANN, 1997, p. 70). Segundo os autores, este espaço de aprendizado corresponde ao roçadinho, descrito por Heredia (1979) e Garcia Jr. (1983), a respeito do campesinato pernambucano. Nesse sentido, a descrição do aprendizado do trabalho pelos filhos dos camponeses de Woortmann e Woortmann (1997) é bastante parecida com aquela relatada por Heredia (1979) e Garcia Jr. (1983) e por isso não será reproduzido aqui.

Analisando a roça camponesa em Sergipe, Woortmann e Woortmann (1997) também identificam processos análogos aos estudados por Heredia (1979) e Garcia Jr. (1983). A *roça* é uma antonomásia para milho e feijão, embora sejam encontradas nela outros produtos de cultivo. Num trabalho etnográfico do tipo do estudo de Woortmann e Woortmann (1997), é feita uma descrição detalhada de como as roças se distribuem no espaço do sítio, já que a perspectiva espacial interessa a esses autores tanto quanto a perspectiva dinâmica de atualização do processo de trabalho. Até então, a descrição espacial se resumia à casa, como fizeram Heredia (1979) e Garcia Jr. (1983). No campesinato sergipano foram identificados por Woortmann e Woortmann (1997) características do roçado já estudadas por Heredia (1979) e Garcia Jr. (1983), como o consorciamento (associação) dos cultivos, bem como as árvores frutíferas (lavoura permanente, árvore ou pé de pau) geralmente no espaço do quintal, referido no campesinato pernambucano como terreiro. Interessante notar uma significação dada por Woortmann e Woortmann (1997) a um dos sistemas de consorciamento que denominam de “microecossistema da roça”.

A despeito das semelhanças entre os trabalhos de Woortmann e Woortmann (1997), Heredia (1979) e Garcia Jr. (1983), ressalta-se no trabalho dos primeiros autores algumas contribuições que não são encontradas nos outros. Trata-se principalmente do aspecto cultural e simbólico que Woortmann e Woortmann (1997, p. 149) atribuem à roça. Os autores destacam que:

Para sítiantes ou caboclos, como também para os Ilongot, como mostra Renato Rosaldo, a leitura das roças é uma forma de construção do tempo; cada roça é a expressão de um período. O conjunto das roças é a história do grupo. Mas a leitura da roça e do espaço onde ela se faz tem ainda outro sentido histórico: ela é, tal como no México, a leitu-

ra da subordinação. Para os camponeses mexicanos, ao nobre e depois ao branco; para os sitiantes, aos proprietários. Para os sitiantes, a roça sempre expressa o trabalho, e este o domínio sobre a terra. [...]

Os autores ainda afirmam que o trabalho expressa uma ética e uma moral. Nessa passagem, pode-se perceber que a roça não expressa somente um fator de produção e a garantia de sobrevivência do grupo doméstico, mas ela é constitutiva do próprio grupo. Acredita-se que a roça é constitutiva do grupo doméstico não somente enquanto reprodução social, mas é capaz, por meio do trabalho da roça e de seus efeitos, de construir simbolicamente esse grupo, como ressaltam Woortmann e Woortmann (1997) a respeito da terra como patrimônio. Essa afirmação também pode ser compreendida quando esses autores, ao descreverem a divisão do trabalho familiar por gênero, referem-se ao trabalho na roça como um “processo construtor de gênero”.

Num trabalho mais recente, Brandão (2009) dedica-se parcialmente a uma descrição do papel da roça no campesinato goiano. Apesar de avançar em algumas interpretações, os sentidos da roça discutidos pelo autor são ainda bastante próximos do discurso tradicional dos trabalhos anteriores de antropologia e sociologia sobre o campesinato. O autor introduz uma nova leitura de pares de opostos sobre a roça, ao afirmar que, para os camponeses, ela revela o confronto entre o *tempo antigo* e os *dias de hoje*, além de revelarem uma relação vertical e horizontal, ou seja, remeterem-se à questão agrária e à relação entre os proprietários, como revelam as expressões *roças do fazendeiro* e *roças de meia*; *roça grande* e *roça virgem*. O autor destaca também a existência das *roças de toco*, ou seja, os camponeses plantavam pequenas lavouras sazonais em *roças de toco*, abertas em terras cultiváveis sobre espaços de matas derrubadas. Eram assim chamadas, pois não eram feitas destocas, derubavam-se as matas, queimavam-se os galhos e troncos de árvores (tocos). Nas pequenas roças de toco era produzido o arroz, o milho e o feijão. Brandão (2009) apresenta uma entrevista que descreve a diferença de constituição de uma roça grande e uma roça pequena. O trabalho na roça é descrito pelos entrevistados como “tocar roça”. Importante ressaltar que o livro de Brandão

(2009), em uma nota de rodapé que poderia passar despercebida, o autor reproduz a fala de uma camponesa que relata *ter nascido e se criado na roça*. Ao contrário dos outros trabalhos aqui citados, mesmo superficialmente, depara-se pela primeira vez com o uso de roça para designar o lugar e a cultura em que se vive. Ou seja, percebe-se o alargamento de sentidos para o termo *roça* registrado num trabalho antropológico sobre o campesinato.

Roça no senso comum

Nesta breve revisão bibliográfica acerca da interpretação referente ao termo *roça* nas Ciências Sociais brasileiras, especialmente nos estudos sobre o campesinato, percebe-se como *roça* é descrita enfatizando-se o espaço físico no qual se cultiva a lavoura, se trabalha, se tem ou não a propriedade da terra, e na qual a produção é organizada sob a égide de valores morais de cunho tradicional e marcada por hierarquias de gênero e geração no âmbito da família. Assim, embora algumas etnografias brasileiras sobre o campesinato já tenham se dedicado à temática da roça, ela tem sido estudada limitada à ideia de lavoura como nas pesquisas de Queiroz (1973), Moura (1978), Heredia (1979), Garcia Jr. (1983), Woortmann e Woortmann (1997) e Brandão (2009) acima discutidas.

Entretanto, observa-se, na vida cotidiana da sociedade brasileira, no uso corrente do senso comum, que *roça* ganha outros sentidos diferentes da ideia de lavoura. O senso comum é considerado por Clifford Geertz (GEERTZ, 2007) como um sistema cultural, um corpo organizado de pensamento deliberado construído historicamente. Nesse sentido, uma das tarefas da antropologia, para esse antropólogo, é interpretar como os outros constroem um saber coloquial que avalia a realidade, tornando a vivência no mundo, para esses sujeitos, inteligível e possível. No contexto dos estudos rurais, Maria José Carneiro (CARNEIRO, 2008) argumenta que o “rural é uma categoria de pensamento que classifica e organiza o mundo social orientando suas ações” (CARNEIRO, 2008, p. 9). A autora refere-se às ideias de *categoria operacional* ou *categoria de pensamento do mundo social* de Rémy (1989) e Mormont (1996) e *categoria realizada* de Bourdieu, 1993 (citados por CARNEIRO, 2008).

Neste aspecto o termo *roça* poderia ser percebido nas tramas relacionais operantes na sociedade brasileira, como uma *categoria realizada*, *categoria operacional* ou *categoria de pensamento* nos termos propostos por Carneiro (2008). Como uma categoria de pensamento, *roça* não estaria circunscrita a um espaço específico, podendo ser percebida sua manifestação no campo ou na cidade, da mesma forma que Endlich (2010) destaca que *rural* e *urbano* não estão restritos à forma física do espaço. Assim, *roça* expressaria uma categoria relacional utilizada em diferentes espaços e com diferentes significações.

As categorias de pensamento usuais no senso comum já serviram para elucidar questões importantes sobre categorias sociais pertencentes ou não ao campo, como no caso da categoria *caboclo*, estudada por Lima (1999). Essa autora confrontou as questões centrais do uso nativo do termo *caboclo* às formas como a academia o empregava, demonstrando que se trata de uma categoria de classificação social utilizada por pessoas que não se incluem nela, seja na academia ou entre os habitantes amazônicos. Numa perspectiva semelhante, Melo (2011) estudou a categoria *sertão* confrontando o seu uso na ciência, no caso a geografia, e seu emprego em outros *saberes*, tanto no senso comum quanto em diferentes gêneros artísticos. A autora ressalta como a ciência tem dado pouca importância à categoria *sertão*, com a exceção de sua acepção física. A partir dessa crítica, Melo (2011) propõe uma epistemologia alternativa por meio da ideia de uma *ecologia de saberes*, baseada em Boaventura de Sousa Santos (SANTOS, 2004), fazendo uma reflexão teórica sobre o conceito de *sertão* em contato com imagens e representações deste em distintos *saberes*, literários e não literários.

É no caminho dessas perspectivas que se aponta como possibilidade, ao menos exploratória e etnográfica, de buscar no termo *roça*, tão caro ao rural brasileiro quanto os termos *sertão*, *caboclo* ou mesmo *caipira* de Antonio Candido (2010), algumas possíveis fontes de entendimento sobre o rural no Brasil, que extrapolem a sua percepção apenas como lavoura. A autora percebeu pela primeira vez o sentido de *roça* não estando circunscrita apenas à lavoura, durante a realização de uma pesquisa, em 2005, na região do Centro-Oeste de Minas Gerais. A pesquisa tinha como objetivo estudar as relações de so-

ciabilidade e trabalho entre boias-frias, *apanhadores de café*, no município de Piumhi (SILVEIRA, 2005). Em um dado momento das entrevistas, notou-se que os *apanhadores de café* utilizavam o termo *roça* como sinônimo de *campo* ou de *rural*. Falavam de *roça*, e não de *campo* ou de *rural*, para descrever a infância, o seu modo de vida, os seus gostos e a sua cultura. Percebeu-se, assim, que os *apanhadores* falavam de *roça* para se referir ao *campo* como um espaço de vida, como o seu lugar e para descrever aspectos de sua cultura rural. Diferentemente do que constataram os autores que estudaram campesinato, *roça* não era usada somente como lavoura pelos *apanhadores de café*. *Roça*, nas suas falas, abarcava todo o *campo* e os aspectos culturais característicos do rural: “Eu nasci e me criei na *roça*.”; “Estudei só até o terceiro ano... na *roça* era difícil de estudar...”; “Nas *roças* nossas, de primeiro, só tinha carro de boi. Hoje você não acha mais boiada de carro.”

O segundo momento em que a autora deparou-se com outros sentidos do termo *roça*, foi em 2007, durante a realização de uma segunda pesquisa, na mesma região, a respeito de um conflito de terras ocorrido no início da década de 1960. Dessa vez, entrevistando camponeses e também citadinos, constatou-se o uso corriqueiro do termo *roça* para se referir ao *rural* (SILVEIRA, 2008). Nessas entrevistas o sentido de *roça* como lavoura, da forma como é descrito nos trabalhos sobre o campesinato citados, também apareceu. Camponeses falavam em *tocar roça* para se referir ao trabalho na lavoura, por vezes no sistema de parceria com proprietários de terras, como foi destacado por Brandão (2009). Esses entrevistados inclusive especificavam que *roça* era a lavoura de milho e feijão, enquanto o cultivo de outras espécies, como o arroz, não eram considerados como *roça*, mas como *plantação*. Ou seja, para esses camponeses, *roça* seria uma antonomásia para *plantações* de milho e feijão, como já haviam destacado Heredia (1979) e Garcia Jr. (1983).

Por outro lado, na entrevista com citadinos, *roça* foi utilizada como uma categoria social relacional, ou seja, para se referir ao outro, que vivia no *campo* e não na cidade, em expressões como *o pessoal da roça*, *a gente da roça*. A maneira com a qual os citadinos entrevistados se referiam à população do *campo* por vezes revelaram ainda uma relação de hierarquia entre os habitan-

tes do campo e da cidade. Um dos entrevistados, citadino, revelou que algumas pessoas da cidade utilizavam o termo com contextos pejorativos para se referir à população do campo, como na expressão *Jeca da roça*. Uma fala desse entrevistado é bastante elucidativa disso: “[...] eu não vejo um trabalhador rural igual a muitos que acham que o trabalhador rural é capiau, é bobo, é jeca da roça, eu acho que ainda existe muito tabu contra o trabalhador rural. Ele é chamado de jeca da roça...”.

Os trechos de entrevistas das duas pesquisas revelaram usos e sentidos de *roça* que guardavam certa distância da ideia de *roça* somente como lavoura, como apontado pelas pesquisas antropológicas sobre o campesinato. Os fragmentos de entrevistas citados já denotam aspectos simbólicos (educação e cultura) e refletem a existência de uma estrutura social (o pessoal da *roça/citadinos*) e de uma hierarquia (trabalhador rural como *jeca da roça*), além dos já consagrados aspectos físicos (*roça* como *lavoura* ou como *campo*). Mas para além desses usos e sentidos atribuídos à palavra *roça* por boias-frias, camponeses e citadinos de Piumhi, o termo *roça* se faz presente, também, em outros gêneros discursivos brasileiros.

Natural da cidade de Boa Esperança, no Sudoeste de Minas Gerais, o escritor Rubem Alves (2005), no livro *O velho que acordou menino*, dedica uma seção de suas crônicas às memórias de sua infância na *roça*. *A Roça* é o título da segunda seção desse livro com nove crônicas. A primeira crônica dessa seção chama-se *A Roça* e a última, *Adeus à roça*. Embora as outras crônicas dessa seção não possuam títulos alusivos à *roça*, segundo o autor, elas também descrevem passagens da sua infância na *roça*. A *roça* a que se refere Rubem Alves (2005), nessas crônicas, aproxima-se dos sentidos contidos nas falas dos boias-frias: *roça* como sinônimo de *rural*, englobando o campo, a lavoura, mas também uma cultura própria dos que vivem no campo. Rubem Alves (2005), para falar sobre a *roça*, não fala sobre a lavoura camponesa conforme descrita pelos estudos sobre o campesinato. O autor fala das casas, dos quintais, dos animais, das brincadeiras das crianças, dos sentimentos, da relação com quem vivia fora do campo, dos remédios caseiros, da organização da vida doméstica, entre outros. Ou seja, o autor descreve uma cultura, um modo de vida que

denota a vivência no campo traduzida no termo *roça*.

Os traços do bucolismo que podem ser percebidos nessas crônicas de Rubem Alves (2005) ao falar da roça já podiam ser vislumbrados na tradição romântica do século XIX e início do século XX, na literatura brasileira, que buscou no campo, na cultura rural, na roça, no nativismo, a legitimidade dessa literatura, procurando diferenciá-la da estrangeira. Assim é o poema *A roça* de Fagundes Varella (1892). De acordo com a análise de Paixão (2006), Varella (1892) descreve a roça utilizando a descrição de um cenário e da vida cotidiana no campo. Nota-se que Fagundes Varella (1892) não fala da roça como lavoura, mas da vivência no campo, da vida rural. Nesse sentido, observa-se novamente uma acepção para *roça* bastante diferente do *roçado* descrito pelas etnografias brasileiras.

Paixão (2006) ressalta que, nesse poema, Fagundes Varella (1892), ao incorporar o bucolismo (descrição da vida campestre e pastoril) e a estética romântica, se remete à roça como um lugar que não existe efetivamente na realidade objetiva brasileira, mas como uma paisagem imaginária. Guardadas as devidas proporções estéticas que não vêm ao caso neste artigo, percebe-se uma possível diferença de significação do termo *roça* nas obras de Rubem Alves (2005) e Fagundes Varella (1892), pois o primeiro relata um cenário que existiu, enquanto que o segundo apenas cria uma representação. De acordo com Paixão (2006), o poema de Fagundes Varella (1892) faz uma descrição da paisagem rural de maneira decorativa e ornamental, uma descrição generalista, que não se refere a lugar nenhum. O argumento de Paixão (2006) ao analisar o poema *A roça* é de que, ao contrário de outros críticos, Varella (1892) não está falando da própria infância, não tem compromisso com a realidade, descreve o rural a partir de um ponto de vista próprio, pessoal. E esta seria para esse crítico literário um traço que poderia identificar Varella (1892) com a estética do individualismo romântico próprio à cultura romântica vigente no Brasil no século XIX. Por outro lado, as crônicas sobre a roça de Rubem Alves (2005) descrevem um contexto rural marcado temporal e espacialmente. O autor, ao longo de todo o livro e não só nas crônicas sobre roça, refere-se explicitamente à vivência de sua infância, juntamente com sua família, no in-

terior de Minas Gerais. A sua descrição dos modos de vida rural coincidem com descrições historiográficas ou com narrativas orais do senso comum sobre a vida rural brasileira da segunda metade do século XX.

Extrapolando a busca do uso do termo *roça* para outros gêneros artísticos, como a música, por exemplo, pode-se constatar a mesma diversidade de sentidos atribuídos a *roça*. Vários compositores da música popular brasileira se dedicaram à temática da *roça* em suas canções, para além daqueles relacionados ao gênero musical *caipira/sertanejo*, para o qual a temática rural é recorrente (OLIVEIRA, 2009 e ALLONSO, 2012). É possível encontrar canções de outros gêneros como o samba, o *rock*, o *reggae*, o baião que também aludem à *roça*. Artistas consagrados em alguns desses gêneros musicais no Brasil já compuseram ou interpretaram músicas nas quais o termo *roça* aparece, como Cartola, Luiz Gonzaga, Gilberto Gil ou Martinho da Vila. Algumas músicas se referem à *roça* a partir da construção de uma narrativa referente a um sujeito que vive na cidade e almeja retornar à *roça*, como na canção *Vou pra roça*, de Luiz Gonzaga e Zé Ferreira, interpretada pelo primeiro ou na música homônima de Victor e Léo (composta por Victor), no *reggae* de Daniel Profeta *Viver na roça*, conferindo um tom idílico à narrativa. Em outras canções percebe-se uma estética realista sobre a *roça* ao referir-se a ela como *lavoura*, como em *Feriado na roça*, de Cartola ou *Madalena* de Gilberto Gil e Isidoro. A tradição, em termos de costumes de um determinado grupo, pode ser percebida em músicas que tratam da cultura na *roça*: suas festas, suas danças, as atividades da vida cotidiana, como exemplificam as músicas *Baile na roça* e *Festa na roça*, compostas por Tinoco e Nadir e interpretadas pela clássica dupla de música caipira Tônico e Tinoco. Notam-se também algumas referências a uma moral e a um comportamento típico das pessoas da *roça*, em músicas como *Lá na roça*, de Candeia e Alvarenga, cantada por Martinho da Vila, *Caipira* de Joel Marques e Maracaí, famosa nas vozes da dupla Chitãozinho e Xororó ou *Filho da roça* de Zé do Rancho, interpretada por Zico e Zeca, nas quais o ponto de vista pessoal e o mote da moralidade denotam uma perspectiva romântica do compositor. Nesses contextos há narrativas musicais que questionam o estereótipo negativo às vezes atribuído ao indivíduo identifica-

do a uma cultura rural, da roça, bem como a exaltação de um ruralismo idílico, como no poema de Fagundes Varela, também está presente (PAIXÃO, 2006). Nessas músicas, o que se destaca, além da diversidade de sentidos, é o uso do termo *roça*, e não *campo* ou mesmo *rural*, para se referir a um lugar e a um estilo de vida característicos.

Se nos gêneros artísticos da cultura popular brasileira identifica-se um conjunto de obras, musicais ou literárias, que se refere à roça, o mercado de produtos e serviços, por meio das suas marcas, também contribui para a construção desses sentidos diversos para o termo *roça*. É possível identificar uma série de produtos, principalmente alimentícios, que trazem no rótulo o termo *roça*. Tais produtos podem ser agrícolas, agroindustriais ou industriais: *Feijão da Roça*, *Cachaça da Roça* ou *Café da Roça*, são exemplos dessas marcas. O setor de entretenimento também faz uso da marca *roça*. Restaurantes, pousadas, casas de atividades de lazer que exploram o nome *roça* se constituem em alguns dos exemplos de um conjunto considerável de estabelecimentos de prestação de serviços e de comercialização de produtos. Embora muitos desses estabelecimentos possam estar situados no campo dando a este uma nova funcionalidade além da produção agrícola, como bem explica as discussões sobre o novo rural brasileiro (SILVA, 1997) ou a nova ruralidade (CARNEIRO, 1998) também podem ser encontrados na cidade ou mesmo em metrópoles.

Além desse mercado de bens e serviços, há a indústria de entretenimento com os programas veiculados na televisão e os eventos como rodeios, exposições agropecuárias e festivais musicais que utilizam o termo *roça* como marca. Algumas afiliadas das principais emissoras de canal aberto da televisão brasileira possuem programas de entretenimento que veiculam o nome *roça*. A emissora regional EPTV afiliada à Rede Globo de Televisão veicula um programa chamado *Caminhos da Roça: 10 anos*; a TV Cultura Vale do Aço, em Minas Gerais, apresenta o programa *Mineirinhos na roça*; o *Programa Café na Roça* é produzido pela Tileoni Produções e exibido pelo canal TV Band Minas, veiculado em Minas Gerais na TV aberta e em rede nacional pela parabólica; *Festa na roça* é exibido pelo canal regional TV Poços, da Rede Minas e TV Cultura e, para citar mais um, entre outros, o *Cozinha da Roça*, do pro-

grama *Negócios da Terra*, veiculado pela Rede Massa, afiliada ao SBT. Alguns eventos musicais e de entretenimento também apelam à roça em seus nomes, a exemplo dos festivais *Roça 'n' Roll* e também o *Roça in Rio*. Tanto os produtos que podem ser consumidos e os serviços acessados no contexto urbano que utilizam a marca *roça*, quanto os programas televisivos e os eventos de entretenimento citados levam a supor um sentido híbrido e até mesmo “desencaixado” de *roça* (GIDDENS, 1991). Ou seja, haveria uma distanciação espaço-temporal ao utilizar *roça* em contextos urbanizados, industriais e de modernidade tardia em relação a todos os outros sentidos de *roça* aqui comentados: referentes à lavoura, ao campo, à cultura rural. No mínimo, nota-se uma possível mistura entre sentidos românticos, tradicionais, de apelo à memória, naturalista com aspectos modernos, tecnológicos e mercadológicos.

A referência a esses eventos, marcas, músicas, textos literários e às falas de camponeses e trabalhadores boias-frias do Sudoeste de Minas Gerais é apenas uma alusão aleatória, sem um desejável rigor metodológico, mas que tem um intuito exploratório de demonstrar o quão corriqueiro é o uso de *roça* na linguagem cotidiana e no senso comum brasileiro. Importante notar ainda que os sentidos que envolvem o uso de *roça* em tão diferentes contextos variam de acordo com os grupos sociais e os tempos históricos. Mas apesar de aleatórios, esses diferentes sentidos de *roça* denotam aspectos que se referem ao rural no Brasil e podem constituir-se como objetos de estudo ainda pouco explorados pelas pesquisas sociais brasileiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo mostrou que o termo *roça* foi bastante explorado em alguns estudos sobre o campesinato no Brasil, como discutido anteriormente, e trouxe luz ao entendimento dessa categoria social. Neste artigo revelou-se como *roça* aparece em outros fenômenos sociais, em sua maioria ligada diretamente ao contexto rural, mas também percebida em contextos urbanos. O que se pretende com a discussão proposta neste artigo é apontar um campo de pes-

quisa que pode se revelar profícuo de sentidos e contribuir para a compreensão de diferentes processos sociais relacionados às transformações no campo no Brasil. Em uma breve análise de diferentes contextos sociais aqui mencionados, como os textos literários, algumas músicas e marcas de produtos, serviços e programas de entretenimento, foi possível notar diferentes usos do vocábulo *roça* que sugerem a ocorrência de um imaginário sobre o rural que pode ser tradicional, naturalista, romântico, bucólico ou desencaxado. A partir dessa constatação tem-se como hipótese, a ser investigada, que o imaginário sobre o rural no Brasil revela um processo de transformação social que reproduz de forma sutil as assimetrias tradicionais no campo brasileiro, através do uso demarcatório dos bens consumidos, bem como dos espaços ocupados pelos seus agentes, ao mesmo tempo em que se constroem novos usos e sentidos para o rural na cultura brasileira.

Nas entrevistas realizadas com trabalhadores volantes da agricultura e agricultores e cidadãos, em 2005 e 2008, foi possível perceber como *roça* é uma categoria nativa utilizada de maneira relativa e relacional (LIMA, 1999) para classificar o outro, especialmente aqueles que vivem no campo ou que são identificados a uma cultura rural. A reflexão a respeito dessa pertença rural pode ser notada em algumas letras de músicas, textos literários e mídias de entretenimento, ora concedendo um novo valor ao rural por meio do termo *roça*, ora reforçando hierarquias e assimetrias via este mesmo termo. A produção e o consumo de bens que veiculam a marca *roça* também revelam um indício de como essa categoria pode operar na distinção e classificação das pessoas que participam da circulação dos bens, assim como da classificação destes. Esses processos interpretativos que atribuem diferentes sentidos para *roça* em diversos contextos sociais podem indicar, implicitamente, de que forma o rural é socialmente construído, hierarquizado e valorado num contexto mais amplo da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

1. ALLONSO, Gustavo. **Cowboys do asfalto**: música sertaneja e modernização brasileira. Niterói: FGV/Funarte/Clube do Autor, 2012.
2. ALVES, Rubem. **O velho que acordou menino**. São Paulo: Ed. Planeta do Brasil, 2005.
3. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **No rancho fundo**: espaços e tempos no mundo rural. Uberlândia: EDUFU, 2009.
4. CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 11 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.
5. CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 11, p. 53-75, out. 1998.
6. _____. “Rural” como categoria de pensamento. **Ruris**, v. 2, n. 1, p. 9-38, mar. 2008.
7. ENDLICH, Ângela Maria. Perspectivas sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão, WHITACKER, Arthur Magon (Orgs.). **Cidade e campo**: relações e contradições entre urbano e rural. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
8. GARCIA JR., Afrânio Raul. **Terra de trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. (Série Estudos sobre o Nordeste; v. 8).
9. GEERTZ, Clifford. **O Saber Local**: novos ensaios em antropologia interpretativa. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
10. GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.
11. HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. **A morada da vida**: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Série Estudos sobre o Nordeste; v. 7).
12. LIMA, Deborah Magalhães. A construção histórica do termo caboclo: sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. **Novos Cadernos NEAE**, v. 2, n. 2, p. 5-32, dez. 1999.
13. MELO, Adriana Ferreira de. **Sertões do mundo, uma epistemologia** [manuscrito]; Uma cosmologia do sertão. 2011. Tese (Doutorado) - Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011. 2 v.
14. MOURA, Margarida Maria. **Os herdeiros da terra**: parentesco e herança numa área rural. São Paulo: Hucitec, 1978.
15. OLIVEIRA, Allan de Paula. **Miguilim foi pra cidade ser cantor**: uma antropologia da música sertaneja. 2009. Tese (Doutorado) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

16. PAIXÃO, Alexandre Henrique. A roça pitoresca de Fagundes Varella. In: LUCENA, Célia Toledo, GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de (Orgs.). **Discutindo Identidades**. São Paulo: Humanitas/CERU, 2006.
17. QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1973.
18. SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências “revisitado”**. São Paulo: Cortez, 2004.
19. SILVA, José Graziano da. O novo rural brasileiro. **Nova Economia**, n. 7, v. 1, p. 43-81, maio 1997.
20. SILVEIRA Lidiane Nunes. **Os apanhadores de café no Alto São Francisco**. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.
21. _____. **O Pântano do Cururu: trabalho, ocupação e conflitos de terra**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Departamento de Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2008.
22. VARELLA, Luiz Nicoláo Fagundes. **Obras Completas**. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1892.
23. WOORTMANN, Ellen; WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: Universidade de Brasília, 1997.

Recebido em dezembro de 2013

Aprovado em maio de 2014